



Demonstrações financeiras consolidadas

31 de março de 2013

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	3
1.1 RESULTADOS 1º TRIMESTRE 2013	3
1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO	5
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	8
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013	13
1 INFORMAÇÃO GERAL	13
2 BASE DE PREPARAÇÃO	17
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	17
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	22
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	26
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS	29
7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	30
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	36
9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	38
10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	40
11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	41
12 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	45
13 CAPITAL	46
14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	47
15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	49
16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	52
17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	53
18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	54
19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	54
20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	55

21	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	55
22	GASTOS COM PESSOAL	56
23	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	56
24	GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	57
25	RESULTADO POR AÇÃO	57
26	DIVIDENDOS POR AÇÃO	57
27	GARANTIAS PRESTADAS	58
28	PARTES RELACIONADAS	58
29	EVENTOS SUBSEQUENTES	62

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS 1º TRIMESTRE 2013

PRINCIPAIS INDICADORES

No 1º trimestre de 2013, o EBITDA diminuiu 2,6% face ao mesmo período de 2012 (-3,4M€). Este decréscimo deve-se essencialmente à diminuição da remuneração do RAB da electricidade, cuja taxa de retorno base passou de 9,82% para 8,06% e à redução dos TPE's em 1,4M€, parcialmente compensados, pelo aumento dos juros dos desvios tarifários (+2,4M€) e recuperação das amortizações (+2,0M€).

O resultado financeiro sofreu um agravamento (-2M€, +6,2%), o qual resultou essencialmente da redução dos dividendos da REE e Enagás (-1,8M€), fruto de alterações no timing de reconhecimento dos dividendos.

O Capex decresceu 4,6M€ (-18,6%) face a igual período de 2012, ficando as transferências para exploração 5,4M€ (69%) abaixo.

A dívida líquida aumentou 119,9M€ (+5,1%) vs o mesmo período de 2012, tendo decrescido 39M€ face ao final de 2012, atingindo os 2.473M€. O seu custo médio subiu para 5,74%, mais 0,13 p.p. face ao mesmo período de 2012 e mais 0,04 p.p. face ao final de 2012.

Principais indicadores	YTD12	YTD13	Var.%
[Milhões euros]			
EBITDA	130,7	127,4	-2,6%
Resultado financeiro	-32,2	-34,2	6,2%
Resultado líquido	34,5	29,1	-15,6%
Capex total	25,0	20,3	-18,6%
Transferências para Exploração (a custos históricos)	7,8	2,4	-69,1%
RAB médio (a custos de referência)	3.285,5	3.436,6	4,6%
Dívida líquida	2.353,0	2.473,0	5,1%

RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O EBITDA foi de 127,4M€, diminuindo 3,4 M€ (-2,6%) em relação a março de 2012. Entre as principais contribuições para a evolução do EBITDA destacam-se:

- A redução da remuneração do RAB da eletricidade (-6,0 M€) em resultado do decréscimo da taxa de retorno base da eletricidade de 9,82% para 8,06% (-8,7M€),

pese embora o aumento do RAB médio em 4,6%, assim como a alteração no mix de ativos (maior peso dos ativos com prémio);

- A redução dos Trabalhos para a Própria Empresa em 1,4M€ (-20,1%), acompanhando a redução no Capex e, consequentemente, do imobilizado em curso.

Por outro lado destacam-se os seguintes impactos favoráveis:

- Aumento dos proveitos de recuperação de amortizações em 2,0M€ (+4,6%), em linha com o aumento do RAB;
- Aumento da contribuição dos juros de desvios tarifários (+2,4M€).

EBITDA	YTD12	YTD13	Var.%
[Milhões euros]			
1) Proveitos de Ativos	122,5	117,2	-4,3%
Remuneração do RAB	70,6	65,9	-6,7%
Remuneração Terrenos	2,4	2,1	-13,8%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,2	0,2	-1,1%
Remuneração Ativos fim-de-vida	2,0	2,1	5,5%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	-0,3	-2,9	957,3%
Recuperação Amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	43,1	45,1	4,6%
Amortização dos subsídios ao Investimento	4,5	4,8	6,5%
2) Proveitos de Opex	27,1	25,8	-4,8%
3) Outros Proveitos	0,6	5,1	n.m.
Incentivos permitidos (trading)	0,7	0,5	-30,8%
Juros desvios tarifários	-1,7	0,7	-141,6%
Incentivo à disponibilidade	0,0	0,0	n.m.
Hedging	0,0	0,9	n.m.
Vendas e Prestações de Serviço de telecomunicações	1,3	1,3	-6,0%
Serviços de Consultoria	0,0	0,2	n.m.
Outras Prestações de Serviço	0,1	0,0	-84,6%
Outros Proveitos	0,2	1,7	n.m.
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	7,0	5,6	-20,1%
5) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	18,0	14,7	-18,2%
6) OPEX	26,4	26,3	-0,4%
Custos com Pessoal	12,0	13,7	14,6%
FSE's	10,8	9,1	-15,5%
Outros Custos Operacionais	3,6	3,5	-4,8%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	18,0	14,7	-18,2%
EBITDA (1+2+3+4+5-6-7)	130,7	127,4	-2,6%

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 1º trimestre de 2013 foi de 29,1M€, o qual foi afetado pelo comportamento negativo do EBITDA e do Resultado Financeiro, diminuiu 5,4M€ (-15,6%) face ao mesmo período de 2012.

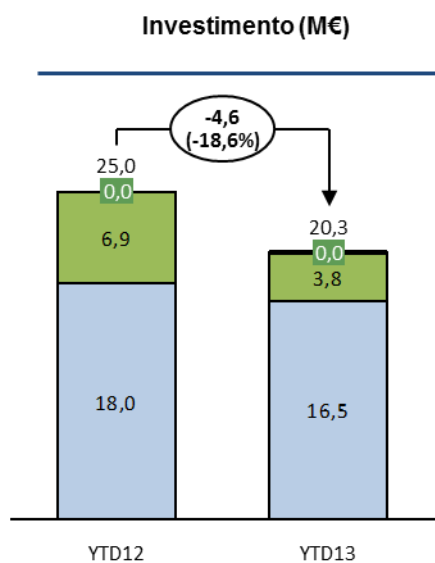
Resultado Líquido [Milhões euros]	YTD12	YTD13	Var.%
EBITDA	130,7	127,4	-2,6%
Amortizações	48,1	50,0	4,0%
Resultados Financeiros	-32,2	-34,2	6,2%
Imposto do Exercício	16,0	14,1	-11,9%
Resultado Líquido	34,5	29,1	-15,6%

1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

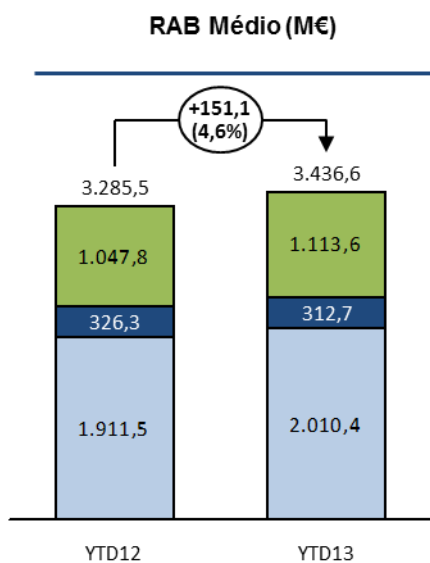
CAPEX E RAB MÉDIO

O investimento realizado no primeiro trimestre de 2013 foi 4,6M€ (-18,6%) inferior ao verificado no período homólogo. Da descida verificada, -3,2M€ respeitaram ao sector do Gás Natural, devido essencialmente à conclusão dos trabalhos no Terminal de Sines em meados de 2012, e -1,5M€ ao sector da Eletricidade. Seguindo a mesma tendência, as transferências para exploração recuaram 5,4M€ (-69,1%), no entanto a descida verificada ficou a dever-se ao sector elétrico (-5,5M€, -73,9%).

O RAB médio situou-se nos 3.436,6M€, uma subida de 151,1M€ (+4,6%) face ao 1º trimestre do ano anterior, dos quais 85,3M€ no sector Elétrico e 65,8M€ no sector do Gás Natural. Na eletricidade, o crescimento do RAB médio teve uma maior incidência nas categorias com prémio (RoR de 9,6%), onde se verificou um aumento de 106,0M€ (+14,8%), enquanto nas restantes categorias verificou-se um decréscimo de -20,7M€ (terrenos, RoR de 2,9%, e eletricidade sem prémio, RoR de 8,1%).



■ Outros
■ Gás
■ Eletricidade



■ Gás
■ Terrenos
■ Eletricidade

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE MARÇO DE 2013

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	mar 2013	dez 2012
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	801	827
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.861.821	3.891.464
Participações financeiras em associadas	6	9.427	9.382
Ativos disponíveis para venda	9	138.477	131.002
Instrumentos financeiros derivados	11	2.659	6.853
Outros ativos financeiros	8	112.436	112.583
Clientes e outras contas a receber	10	72.588	70.451
Ativos por impostos diferidos	7	64.570	61.215
		4.266.553	4.287.552
Corrente			
Inventários		2.951	2.920
Clientes e outras contas a receber	10	296.831	310.738
Imposto sobre o rendimento a receber	7	13.984	14.318
Instrumentos financeiros derivados	11	427	416
Outros ativos financeiros	8	210.554	8.864
Caixa e equivalentes de caixa	12	92.067	61.246
		616.814	398.503
Total do Ativo	4	4.883.367	4.686.054
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Outras reservas	13	242.981	231.753
Resultados acumulados		272.564	148.671
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		29.070	123.892
Total capital próprio		1.067.887	1.027.589
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	1.962.238	1.535.495
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	105.820	105.808
Instrumentos financeiros derivados	11	25.114	27.958
Provisões para outros riscos e encargos	16	4.801	4.801
Fornecedores e outras contas a pagar	17	378.875	360.895
Passivos por impostos diferidos	7	78.613	82.797
		2.555.461	2.117.755
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	931.483	1.170.400
Provisões para outros riscos e encargos	16	2.419	2.419
Fornecedores e outras contas a pagar	17	302.485	367.081
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	22.819	-
Instrumentos financeiros derivados	11	813	811
		1.260.018	1.540.711
Total Passivo	4	3.815.480	3.658.465
Total do capital próprio e passivo		4.883.367	4.686.054

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		mar 2013	mar 2012
Vendas	4 e 18	56	86
Prestações de serviços	4 e 18	140.747	144.894
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	20.307	24.981
Ganhos e perdas imputadas de associadas	6	45	-
Outros rendimentos operacionais	20	7.260	5.264
Total dos rendimentos operacionais		168.414	175.224
Custo das vendas		(40)	(136)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(14.739)	(18.009)
Fornecimentos e serviços externos	21	(9.125)	(10.803)
Gastos com pessoal	22	(13.729)	(11.981)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(50.011)	(48.094)
Outros gastos operacionais	23	(3.428)	(3.545)
Total dos gastos operacionais		(91.072)	(92.569)
Resultado operacional		77.343	82.655
Gastos de financiamento	24	(35.964)	(34.612)
Rendimentos financeiros	24	1.810	612
Dividendos de empresas participadas		-	1.825
Resultado financeiro		(34.153)	(32.174)
Resultado consolidado antes de impostos		43.189	50.481
Imposto sobre o rendimento	7	(14.120)	(16.030)
Resultado líquido consolidado do período		29.070	34.451
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		29.070	34.451
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		29.070	34.451
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	25	0,05	0,06

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		mar 2013	mar 2012
Resultado líquido consolidado do período		29.070	34.451
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
Variação de reservas de cobertura - instrumentos financeiros derivados	11	4.952	(8.731)
Variação em ativos financeiros disponíveis para venda	9	7.475	5.241
Imposto sobre os itens reconhecidos diretamente no capital próprio	7 e 11	(1.199)	1.591
Total do rendimento consolidado integral do período		40.298	32.552
Atribuível a:			
Acionistas		40.298	32.552
Interesses não controlados		-	-
		40.298	32.552

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas							Resultado período	Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Reservas livres	Resultados acumulados		
A 1 de janeiro de 2012		534.000	(10.728)	79.809	(14.244)	(10.503)	160.339	178.189	120.576	1.037.439
Total do rendimento integral do período		-	-	-	5.241	(7.140)	-	-	34.451	32.552
Distribuição de dividendos	26	-	-	-	-	-	-	(89.590)	-	(89.590)
Aplicação de resultados		-	-	5.628	-	-	16.679	98.270	(120.576)	-
A 31 de março de 2012		534.000	(10.728)	85.437	(9.003)	(17.643)	177.018	186.868	34.451	980.401
A 1 de janeiro de 2013		534.000	(10.728)	85.437	(4.093)	(26.612)	177.022	148.671	123.892	1.027.589
Total do rendimento integral do período		-	-	-	7.475	3.753	-	-	29.070	40.298
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	123.892	(123.892)	-
A 31 de março de 2013		534.000	(10.728)	85.437	3.382	(22.860)	177.022	272.564	29.070	1.067.887

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

		Período findo em	
	Notas	mar 2013	mar 2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		657.686 a)	676.341 a)
Pagamentos a fornecedores		(497.283) a)	(551.788) a)
Pagamentos ao pessoal		(13.422)	(13.014)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		211	(321)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(26.455)	(47.446)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		120.736	63.771
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1.260	573
Dividendos		916	916
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros	8	(201.690)	-
Ativos fixos tangíveis		(476)	(4)
Outros ativos intangíveis - ativos de concessão		(45.242)	(73.278)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(245.233)	(71.792)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		853.151	2.907.500
Juros e rendimentos similares		8	17
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(671.228)	(2.890.336)
Juros e gastos similares		(26.886)	(14.182)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		155.046	2.999
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		30.548	(5.022)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	61.246	68.358
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	91.794	63.336
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Numerário	12	22	24
Descobertos bancários	12	(273)	(85)
Depósitos bancários	12	92.045	63.397
		91.794	63.336

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;
- b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS, detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

A REN SGPS possui ainda:

- a) Uma participação de 35% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. ("OMIP SGPS") que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. ("OMIP") que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida totalmente pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;
- b) Uma participação de 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;
- c) Uma participação de 1% nas empresas Enagás, S.A. e Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE");
- d) Uma participação de 5,26% na empresa MedGrid SAS e uma participação de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB"). A participação na HCB, sociedade de direito moçambicano, foi adquirida em 3 de julho de 2012 pelo montante de 38.400 milhares de euros, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012 entre a REN com a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP.

1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	mar 2013		dez 2012	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento,manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2013 face ao reportado em 31 de dezembro de 2012.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 15 de maio de 2013. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os

seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas, são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de

2012, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2012. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013:

- IAS 1 “Apresentação de Demonstrações Financeiras” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012) - Esta alteração introduz novas exigências na apresentação do rendimento integral, exigindo sempre uma segregação entre os itens referentes à demonstração dos resultados e os de capital. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 19 “Benefícios dos Empregados” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta revisão vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas atuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos ativos do plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas atuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRIC 20 “Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta interpretação visa fornecer orientações sobre a forma como as entidades devem registar certos custos incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto. Não existiram quaisquer impactos da adoção desta norma.
- IAS 12 “Impostos sobre o rendimento” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a

IAS 40 será realizada através da venda. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IFRS 13 “Justo valor: mensuração e divulgação” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta norma institui uma definição única e transversal do conceito de justo valor, estabelecendo orientações sobre o cálculo do justo valor de ativos e passivos, financeiros e não financeiros. A IFRS 13 pretende-se constituir como a principal fonte dos requisitos de mensuração e apresentação de divulgações relativas ao justo valor. Desta norma não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Divulgações” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta alteração vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente, informações em relação àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 1 “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Esta alteração introduz uma isenção para as entidades que operaram numa economia hiperinflacionada e adotam pela primeira vez as normas IFRS, permitindo utilizar o justo valor como custo considerado nos itens da demonstração da posição financeira de abertura no âmbito das IFRS. Acresce a substituição da referência a datas fixas pela data de transição. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 1 - Emenda (subsídios governamentais) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013) - Cria uma exceção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para a aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas. Não existiram quaisquer impactos da alteração desta norma.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (a aplicar em vários exercícios, usualmente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente, IFRS 1, IAS 1, IAS

16, IAS 32 e IAS 34. Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 10 “Demonstrações financeiras consolidadas” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 11 “Acordos conjuntos” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos conjuntos e a SIC 13 - Entidades conjuntamente controladas e vem (i) alterar a definição de “acordo conjunto” enfatizando os direitos e obrigações inerentes em vez da sua forma legal; (ii) reduz dos tipos de acordos conjuntos, permanecendo os seguintes: “operações conjuntas” e “empreendimentos conjuntos”; e (iii) vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional aos “empreendimentos conjuntos”. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 12 “Divulgações de interesses noutras entidades” (nova) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma vem aumentar o nível de exigência em matéria de divulgação para as subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 27 “Demonstrações financeiras separadas” (revisão) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta norma foi revista na sequência da emissão da IFRS 10, contém os critérios de contabilização e divulgação das participações financeiras

nas demonstrações financeiras separadas. A futura adoção desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo REN.

- IAS 28 “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos” (revisão) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - A IAS 28 foi revista na sequência da emissão da IFRS 11 e IFRS 12 e estabelece o modo de aplicação do método de equivalência patrimonial nos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Da futura adoção desta alteração não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 32 “Instrumentos financeiros: apresentação” (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Esta alteração clarifica os requisitos para uma entidade compensar ativos e passivos financeiros na demonstração da posição financeira. Da futura adoção desta alteração não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Emendas (regras de transição) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014) - Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas. Da futura adoção desta norma não se estima que decorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2010)	01-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação dos ativos financeiros.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Emendas (entidades de investimento)	01-Jan-14	Criam uma exceção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de março de 2013.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário, telecomunicações. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

O segmento das telecomunicações também é apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	97.254	42.382	1.291	8.865	(8.989)	140.803
Inter-segmentos	219	66	37	8.668	(8.989)	-
Externas	97.035	42.316	1.255	197	-	140.803
	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de construção em activos concessionados	16.537	3.770	-	-	-	20.307
Gastos de construção em activos concessionados	(11.922)	(2.817)	-	-	-	(14.739)
Ganhos e perdas imputadas de associadas	-	-	-	45	-	45
Fornecimentos e serviços externos	(9.979)	(5.517)	(436)	(4.344)	11.152	(9.125)
Gastos com pessoal	(6.493)	(2.202)	(58)	(4.976)	-	(13.729)
Outros gastos e rendimentos operacionais	4.703	731	(3)	522	(2.163)	3.791
Cash flow operacional	90.100	36.347	794	113	-	127.354
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(35.189)	(14.763)	(5)	(54)	-	(50.011)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	118	4.182	52	35.618	(38.160)	1.810
Gastos de financiamento	(15.351)	(9.221)	(0)	(49.551)	38.160	(35.964)
Resultado antes de impostos	39.678	16.545	841	(13.874)	-	43.190
Imposto sobre o rendimento	(12.677)	(4.845)	(224)	3.626	-	(14.120)
Resultado líquido do exercício	27.002	11.699	617	(10.248)	-	29.070

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	100.776	49.711	1.518	8.062	(15.087)	144.980
Inter-segmentos	275	6.687	184	7.941	(15.087)	-
Externas	100.502	43.023	1.334	120	-	144.980
	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de construção em activos concessionados	18.047	6.934	-	-	-	24.981
Gastos de construção em activos concessionados	(12.912)	(5.097)	-	-	-	(18.009)
Fornecimentos e serviços externos	(10.680)	(12.444)	(406)	(3.827)	16.555	(10.803)
Gastos com pessoal	(5.325)	(2.266)	(47)	(4.343)	-	(11.981)
Outros gastos e rendimentos operacionais	3.040	1.121	(4)	(281)	(2.293)	1.583
Cash flow operacional	92.945	37.958	1.061	(389)	(826)	130.749
Rendimentos de participação capital	-	-	-	1.825	-	1.825
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(34.045)	(14.828)	(5)	(41)	826 ⁽¹⁾	(48.094)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	482	1.864	23	31.017	(32.773)	612
Gastos de financiamento	(18.650)	(5.940)	(0)	(42.794)	32.773	(34.612)
Resultado antes de impostos	40.732	19.053	1.079	(10.382)	-	50.481
Imposto sobre o rendimento	(12.577)	(5.513)	(286)	2.346	-	(16.030)
Resultado líquido do exercício	28.154	13.540	793	(8.036)	-	34.451

(1) Reclassificação para Amortizações do reconhecimento do subsídio relativo aos direitos do Gasoduto Campo-Maior-Leiria Braga, S.A. e Gasoduto Braga-Tuy, S.A.

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	549.433	-	1.432.191	(1.981.624)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.626.365	1.235.499	40	718	-	3.862.622
Outros ativos	387.596	471.175	6.361	3.551.382	(3.395.769)	1.020.745
Total do ativo	3.013.960	2.256.107	6.400	5.000.184	(5.377.392)	4.883.367
Total do passivo	2.365.504	1.029.830	2.289	3.813.738	(3.395.882)	3.815.480
Total do investimento	16.537	3.770	-	36	-	20.343
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	36	-	36
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	16.537	3.770	-	-	-	20.307
Investimentos em associadas	-	-	-	9.427	-	9.427

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	538.663	-	1.390.905	(1.929.567)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.645.016	1.246.494	45	736	-	3.892.291
Outros ativos	375.953	445.691	5.960	3.378.040	(3.411.881)	793.763
Total do ativo	3.020.969	2.230.849	6.005	4.769.680	(5.341.448)	4.686.054
Total do passivo	2.399.515	1.027.041	2.510	3.641.281	(3.411.881)	3.658.465
Total do investimento	155.519	45.012	-	523	-	201.054
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	24	-	-	523	-	547
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	155.494	45.012	-	-	-	200.507
Investimentos em associadas	-	-	-	9.382	-	9.382

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamento externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2013			Movimentos					31 de março de 2013		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(83)	19	-	-	-	(3)	-	103	(87)	16
Equipamento de transporte	1.170	(502)	668	36	-	-	(50)	-	1.206	(552)	653
Equipamento administrativo	222	(102)	120	-	-	-	(10)	-	222	(112)	111
Activos fixos tangíveis em curso	20	-	20	0	-	-	-	-	21	-	21
	1.515	(688)	827	36	-	-	(63)	-	1.551	(750)	801
	1 de janeiro de 2013			Movimentos					31 de março de 2013		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.563.836	(2.814.944)	3.748.892	35	(23)	2.384	(49.948)	21	6.566.233	(2.864.871)	3.701.362
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	142.572	-	142.572	20.272	-	(2.384)	-	-	160.459	-	160.459
	6.706.408	(2.814.944)	3.891.464	20.307	(23)	-	(49.948)	21	6.726.692	(2.864.871)	3.861.821
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.707.923	(2.815.632)	3.892.291	20.343	(23)	-	(50.011)	21	6.728.243	(2.865.622)	3.862.621

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 janeiro de 2012			Movimentos					31 dezembro de 2012		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(71)	32	-	-	-	(13)	-	103	(83)	19
Equipamento de transporte	678	(341)	336	492	-	-	(161)	-	1.170	(502)	668
Equipamento administrativo	187	(68)	120	35	-	-	(34)	-	222	(102)	120
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	20	-	-	-	-	20	-	20
	967	(480)	488	547	-	-	(208)	-	1.515	(688)	827
	1 janeiro de 2012			Movimentos					31 dezembro de 2012		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações, reclassificações e abates	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	6.244.879	(2.619.393)	3.625.486	9.984	(1.652)	310.626	(197.160)	1.609	6.563.836	(2.814.944)	3.748.892
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	262.675	-	262.675	190.523	-	(310.626)	-	-	142.572	-	142.572
	6.507.554	(2.619.393)	3.888.161	200.507	(1.652)	-	(197.160)	1.609	6.706.408	(2.814.944)	3.891.464
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.508.521	(2.619.873)	3.888.649	201.054	(1.652)	-	(197.368)	1.609	6.707.923	(2.815.632)	3.892.291

As adições registadas no período de três meses findo em 31 de março de 2013 no montante global de 20.343 milhares de euros referem-se essencialmente aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As principais entradas em exploração nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 detalham-se como se segue:

	mar 2013	dez 2012
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	-	51.044
Construção de linha de 400 KV	-	46.135
Construção de outras linhas	-	16.123
Subestações novas	-	8.275
Ampliação de subestações	1.719	60.941
Outras remodelações em subestações	5	4.870
Outros activos	208	8.634
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	388	4.676
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	5	2.690
Projecto de construção do terceiro tanque - terminal de Sines	60	107.238
Total das transferências	2.384	310.626

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são conforme se segue:

	mar 2013	dez 2012
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	27.805	24.983
Ampliação e remodelação de subestações	48.840	42.631
Projetos de novas subestações	28.615	23.566
Outros projetos	3.627	3.226
Outros activos em curso	149	40
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	31.690	29.530
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	19.699	18.596
Projecto de construção do terceiro tanque - terminal de Sines	34	-
Total do ativo em curso	160.459	142.572

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 31 de março de 2013, ascenderam a 1.907 milhares de euros (3.726 milhares de euros em 31 de março de 2012), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 3.661 milhares de euros (3.246 milhares de euros em 31 de março de 2012) (Nota 19).

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	mar 2013	dez 2012
Valor bruto	3.425	3.719
Amortizações e depreciações acumuladas	(2.279)	(2.395)
Valor líquido	1.147	1.324

6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS

Atualmente o Grupo detém 35% do capital da OMIP, Operador de Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP,SGPS, S.A.”). Em conformidade com o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN deverá alienar 25% do capital social da OMIP, SGPS, S.A. de modo a que a posição acionista final da REN nesta empresa seja de 10% do respetivo capital social. Complementarmente, refira-se que embora exista um quadro de intenções entre as partes envolvidas no referido Acordo ibérico, não foram identificados, de forma concreta, potenciais compradores que permitam realizar tal operação.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a informação financeira relativa à participação financeira detida detalha-se da seguinte forma:

Associada	Atividade	Sede social	Informação financeira da associada				Fração de capital detida		
			31 de março de 2013				%	Valor escriturado	Proporção no resultado
			Ativo	Passivo	Rendimentos	Resultado líquido			
<u>Método da equivalência patrimonial:</u>									
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	27.069	136	190	129	35	9.427	45

Associada	Atividade	Sede social	Informação financeira da associada				Fração de capital detida		
			31 de dezembro de 2012				%	Valor escriturado	Proporção no resultado
			Ativo	Passivo	Rendimentos	Resultado líquido			
<u>Método da equivalência patrimonial:</u>									
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	26.904	99	2.274	1.899	35	9.382	665

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 31 de março de 2013 foi o seguinte:

Participações financeiras	
A 1 de janeiro de 2013	9.382
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	45
A 31 de março de 2013	9.427

7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013.

No exercício de 2013, na sequência de uma alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2012, em conformidade com a Lei n.º 66-B/2012, a Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, que será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros e de 5,0% aplicável sobre lucro tributável que exceda 7.500 milhares de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de março de 2013, foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspectivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012, são detalhados como se segue:

	mar 2013	mar 2012
Imposto corrente	23.364	8.132
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(506)	228
Imposto diferido	(8.739)	7.670
Imposto sobre o rendimento	14.120	16.030

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	mar 2013	mar 2012
Resultado antes de impostos	43.189	50.481
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais negativas	(33)	(33)
Gastos não dedutíveis	85	734
Rendimentos não tributáveis	(320)	(685)
Diferenças temporárias:		
Desvios Tarifários	27.820	(25.790)
Provisões	1	1
Reavaliações	1.669	1.815
Obrigações de benefícios de reforma e outros	12	1.375
Instrumentos Financeiros Derivados	(41)	(41)
Outros	-	15
Lucro tributável	72.383	27.873
Impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	18.096	6.968
Derrama estadual sobre o lucro tributável (superior a 1,5 milhões)	3.840	289
Derrama - 1,5%	1.314	757
Tributações autónomas	115	118
Imposto corrente	23.364	8.132
Imposto diferido	(8.739)	7.670
Imposto diferido	(8.739)	7.670
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(506)	228
Gasto com impostos sobre o rendimento	14.120	16.030
Taxa efetiva de imposto	32,69%	31,75%

Imposto sobre o rendimento

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	mar 2012	dez 2012
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(18.995)
Pagamentos por conta	-	31.414
Retenções na fonte por terceiros	-	1.565
Imposto a recuperar do exercício anterior	13.984	334
Imposto a receber	13.984	14.318
Imposto estimado	23.364	-
Pagamentos por conta	(41)	-
Retenções na fonte por terceiros	(504)	-
Imposto a pagar	22.819	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	mar 2013	mar 2012
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	4.555	(5.701)
Passivos por impostos diferidos	4.184	(1.969)
	8.739	(7.670)
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(1.199)	1.591
	(1.199)	1.591
Impacto líquido dos impostos diferidos	7.540	(6.079)

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - março 2013

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2013	3.483	30.684	18.185	8.858	5	61.215
Aumento/reversão por capital	-	-	-	(1.199)	-	(1.199)
Reversão por resultados	-	-	-	(10)	(1)	(11)
Constituição por resultados	-	4	4.562	-	-	4.566
Movimento do período	-	4	4.562	(1.209)	(1)	3.356
A 31 de março de 2013	3.483	30.687	22.747	7.649	4	64.570

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2012

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2012	2.388	15.982	39.412	4.383	892	63.057
Aumento/reversão por capital	-	15.602	-	4.529	-	20.131
Reversão por resultados	(290)	(1.248)	(21.227)	(54)	(887)	(23.707)
Constituição por resultados	1.386	347	-	-	-	1.733
Movimento do período	1.096	14.702	(21.227)	4.474	(887)	(1.843)
A 31 de dezembro de 2012	3.483	30.684	18.185	8.858	5	61.215

Em 31 de março de 2013 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - março 2013

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Total
A 1 de janeiro de 2013	52.373	30.424	82.797
Reversão por resultados	(3.673)	(511)	(4.184)
Movimentos do período	(3.673)	(511)	(4.184)
A 31 de março de 2013	48.700	29.913	78.613

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2012

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Total
A 1 de janeiro de 2012	34.345	32.531	66.875
Aumento/reversão por capital	-	-	-
Constituição por resultados	18.029	-	18.029
Reversão por resultados	-	(2.107)	(2.107)
Movimentos do período	18.029	(2.107)	15.922
A 31 de dezembro de 2012	52.373	30.424	82.797

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Março de 2013

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	91.794	-	-	-	-	-	91.794	91.794
Clientes e outras contas a receber	10	369.419	-	-	-	-	-	369.419	369.419
Outros ativos financeiros		318.853	-	-	-	4.137	-	322.990	322.990
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	138.477	-	-	138.477	138.477
Imposto sobre o rendimento a receber	7	13.984	-	-	-	-	-	13.984	13.984
Instrumentos financeiros derivados	11	-	2.659	427	-	-	-	3.085	3.085
Total ativos financeiros		794.050	2.659	427	138.477	4.137	-	939.750	939.750
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.893.721	2.893.721	2.893.721
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	341.370	341.370	341.370
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	22.819	22.819	22.819
Instrumentos financeiros derivados	11	-	25.114	813	-	-	-	25.926	25.926
Total passivos financeiros		-	25.114	813	-	-	3.257.910	3.283.837	3.283.837

Dezembro de 2012

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	61.246	-	-	-	-	-	61.246	61.246
Clientes e outras contas a receber	10	381.189	-	-	-	-	-	381.189	381.189
Outros ativos financeiros		117.163	-	-	-	4.285	-	121.447	121.447
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	131.002	-	-	131.002	131.002
Imposto sobre o rendimento a receber	7	14.318	-	-	-	-	-	14.318	14.318
Instrumentos financeiros derivados	11	-	6.853	416	-	-	-	7.269	7.269
Total ativos financeiros		456.753	6.853	416	131.002	4.285	117.163	716.471	716.471
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.705.895	2.705.895	2.705.895
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	383.952	383.952	383.952
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	11	-	27.958	811	-	-	-	28.769	28.769
Total passivos financeiros		-	27.958	811	-	-	3.089.847	3.118.616	3.118.616

A rubrica “Outros ativos financeiros” no montante de 322.990 milhares de euros inclui:

- Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados que corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “*Luso Carbon Fund*”, com um prazo de maturidade de 10 anos.
- Outras contas a receber referentes, essencialmente, a: (i) uma garantia a favor do BEI, constituída em novembro de 2012, na forma de penhor financeiro de um depósito bancário, no montante de 117.163 milhares de euros, a qual é exigível até ao restabelecimento dos níveis de notação financeira de *investment grade* ou por substituição por outra garantia igualmente aceitável para o BEI (incluindo garantias bancárias prestadas por instituições financeiras aceites pelo BEI), (Nota 14); e (ii) dois depósitos a prazo com maturidades superiores a três meses no montante de 200.000 milhares de euros.

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de março de 2013, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado, sendo o intervalo de taxas de desconto utilizado para a curva Euro de cerca de 0,083% e 2,254% (maturidades de uma semana e vinte anos, respetivamente);
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Acções	96.511	-	-	96.511
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de <i>cash flows</i>	-	2.659	-	2.659
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	427	-	-	427
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	4.137	-	-	4.137
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de <i>cash flows</i>	-	25.114	-	25.114
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	813	-	-	813
		100.262	(22.455)	-	77.807

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Entidade	Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida		mar 2013	dez 2012
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	REN, SGPS	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	REN, SGPS	53.133	50.493
Enagás, S.A.	Madrid	Espanha	1,00%	REN, SGPS	43.378	38.542
Med Grid SAS	Paris	França	5,26%	REN, SGPS	400	400
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Maputo	Moçambique	7,50%	REN, SGPS	38.400	38.400
					138.477	131.002

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Total
1 de janeiro de 2012	3.167	-	-	44.760	34.125	82.051
Aquisições	-	400	38.400	-	-	38.800
Ajustamento de justo valor	-	-	-	5.733	4.418	10.151
31 de dezembro de 2012	3.167	400	38.400	50.493	38.542	131.002
1 de janeiro de 2013	3.167	400	38.400	50.493	38.542	131.002
Ajustamento de justo valor	-	-	-	2.640	4.836	7.475
31 de março de 2013	3.167	400	38.400	53.133	43.378	138.477

As participações da REN SGPS na REE e Enagás estão registadas ao justo valor determinado com base nas cotações bolsistas das participações financeiras à data de 31 de março de 2013.

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 31 de março de 2013.

A Enagás é a entidade responsável pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da Enagás como parte de um acordo de parceria estratégica. A Enagás esta listada na Bolsa de Madrid, integrando o índice "IBEX 35" tendo o ativo sido registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação de 31 de março de 2013.

Em 31 de março de 2013 o Grupo detém ainda os seguintes instrumentos de capital próprio de empresas não cotadas:

- (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”): Em 3 de julho de 2012 a REN adquiriu ações representativas de 7,5% do capital social da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A., sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012 entre a REN com a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP para aquisição à Parpública de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5% do capital social e direitos de voto da HCB, pelo preço de 38.400 milhares de euros.
- (ii) Medgrid, S.A.S.: Em 2012 a REN tornou-se acionista da Medgrid tendo adquirido, para o efeito, 4.000 ações representativas de 5,26% do capital social. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África, no montante de 400 milhares de euros.
- (iii) OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., (“OMEL”): No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia eléctrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL pelo valor global de 3.167 milhares de euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (HCB, MedGrid e OMEL) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis. Estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. É entendimento do Grupo REN que, à data de 31 de março de 2013, não existem indícios de imparidade relativamente a estas participações.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2012	(14.244)
Variação de justo valor	10.151
31 de dezembro de 2012	(4.093)
1 de janeiro de 2013	(4.093)
Variação de justo valor	7.475
31 de março de 2013	3.382

10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	mar 2013			dez 2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	187.354	155	187.509	191.321	155	191.476
Imparidade de clientes	(822)	-	(822)	(822)	-	(822)
Clientes - Valor líquido	186.532	155	186.687	190.499	155	190.654
Desvios tarifários	86.954	77.729	164.682	100.554	75.592	176.146
Imparidade de contas a receber	-	(5.296)	(5.296)	-	(5.296)	(5.296)
Estado e Outros Entes Públicos	23.346	-	23.346	19.685	-	19.685
Clientes e outras contas a receber	296.831	72.588	369.419	310.738	70.451	381.189

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 94.192 milhares de euros (82.624 milhares em 31 de dezembro de 2012) e da Galp, o qual ascende a 16.059 milhares de euros (10.473 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012).

Ao abrigo do enquadramento regulatório aplicável, o Grupo REN registou no decorrer do exercício de 2008 juros relativos ao défice tarifário a receber, no montante de 5.296 milhares de euros. Desde então, a Empresa tem vindo a desenvolver diligências para a cobrança desta conta a receber, não só junto do Estado (principal acionista até fevereiro de 2012), bem como

junto do regulador da sua atividade, a ERSE. De acordo com o julgamento efetuado e com base na melhor estimativa do risco de realização, à data do relato, encontra-se reconhecida uma perda de imparidade da totalidade desse saldo.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	mar 2013	dez 2012
Saldo inicial	(6.118)	(3.472)
Aumentos	-	(2.646)
Saldo final	(6.118)	(6.118)

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

		31 de março de 2013			
		Ativo		Passivo	
	Nocional	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	425.000.000 EUR	-	-	-	25.114
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	2.659	-	-
		-	2.659	-	25.114
Derivados de negociação					
		427	-	813	-
Instrumentos financeiros derivados		427	2.659	813	25.114

		31 de dezembro de 2012			
		Ativo		Passivo	
	Nocional	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	425.000.000 EUR	-	-	-	27.958
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	6.853	-	-
		-	6.853	-	27.958
Derivados de negociação					
		416	-	811	-
Instrumentos financeiros derivados		416	6.853	811	27.958

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a seis contratos *swaps* de taxa de juro e um *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 31 de março de 2013, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido de 1.753 milhares de euros.

As características dos *swaps* contratados em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram as seguintes:

Nocional de referência	Períodos de liquidação de juros	Recebimento/pagamento	Data de vencimento	Justo valor em 31.03.2013	Justo valor em 31.12.2012
<u>Swaps de taxa de juro:</u>					
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,26%	outubro de 2014	(1.614)	(1.677)
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,23%	outubro de 2014	(1.590)	(1.646)
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: - a pagar: 12 janeiro e julho, liquidação semestral de juros; - a receber: 12 janeiro e julho, liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,15%	julho de 2014	(1.312)	(1.720)
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: - a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,72%	dezembro de 2016	(8.214)	(9.162)
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; - a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,77%	dezembro de 2016	(8.356)	(9.132)
75 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; - a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 1,89%	setembro de 2017	(4.029)	(4.621)
425 000 mEuros				(25.114)	(27.958)
<u>Cross-currency swap:</u>					
10 000 000 000 JPY 72 899 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 26 de junho e dezembro – liquidação semestral de juros; a receber: 26 de junho e dezembro – liquidação semestral de juros.	REN recebe 2,71% e paga 5,64% (anual) até junho de 2019 e Euribor a 6M + 190 b.p. desde essa data até à maturidade	junho de 2024	2.659	6.853
10 000 000 000 JPY				2.659	6.853
			Total	(22.455)	(21.105)

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e de emissões obrigacionistas, através da designação de *swaps* de taxa de juro, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável com um nocional de 425.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 o valor era de 425.000 milhares de euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 31 de março de 2013, é de 25.114 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2012 era de 27.958 milhares de euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de Junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida, decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto. De referir que são registados na demonstração de resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício. O justo valor do *cross currency swap* em 31 de março de 2013 é de 2.659 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 o valor era de 6.853 milhares de euros).

A variação cambial do subjacente (empréstimo) à data de 31 de março de 2013, no montante de 9.834 milhares de euros, foi perfeitamente compensada pelo efeito do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor foi de 20 milhares de euros negativos.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é, à data de 31 de março de 2013, de 30.479 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 o valor era de 35.431 milhares de euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2012	(14.793)	4.290	(10.503)
Variação de justo valor	(20.638)	4.529	(16.109)
31 de dezembro de 2012	(35.431)	8.819	(26.612)
1 de janeiro de 2013	(35.431)	8.819	(26.612)
Variação de justo valor	4.952	(1.199)	3.753
31 de março de 2013	(30.479)	7.620	(22.860)

Cobertura de justo valor

O Grupo contratou em fevereiro de 2009, um *swap* de taxa de juro para efetuar a cobertura de justo valor de uma emissão de 300.000 milhares de euros. Esta cobertura foi descontinuada em Novembro de 2009, sendo que a 31 de março de 2013 o instrumento coberto apresenta um ajustamento de justo valor decorrente da cobertura de 115 milhares de euros. Este montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados, de acordo com o método do juro efetivo, durante a maturidade do instrumento coberto.

Futuros:

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., através da sua participada REN Trading, S.A., tem vindo a realizar algumas operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO₂, quer através da celebração de contratos standardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc.* ("ISDA"), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros.

A REN SGPS e a REN Trading formalizaram por meio de Acordo os termos ao abrigo dos quais a REN Trading promove a gestão desses contratos de derivados financeiros, por conta e em benefício da REN SGPS, assegurando assim uma clara e transparente separação desses negócios, sempre numa lógica previamente definida e continuamente monitorizada de baixa exposição ao risco.

Esta contratação de derivados financeiros no mercado de futuros não implica qualquer liquidação física dos ativos subjacentes, sendo uma atividade de natureza puramente financeira, enquadrável como mera gestão financeira de ativos, não se confundindo com a atividade regulada do Agente Comercial.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o justo valor dos contratos de futuros de energia e de licenças de CO2 é conforme se segue:

	mar 2013	
	Ativo corrente	Passivo corrente
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	427	-
Licenças de Co2	-	813
Justo valor em 31 de março de 2013	427	813

	dez 2012	
	Ativo corrente	Passivo corrente
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	416	-
Licenças de Co2	-	811
Justo valor em 31 de dezembro de 2012	416	811

As variações de justo valor dos derivados de negociação que foram reconhecidas em resultados ascenderam a 9 milhares de euros positivos em março de 2013 (443 milhares de euros negativos em dezembro de 2012).

12 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	mar 2013	dez 2012
Caixa	22	-
Depósitos bancários	92.045	61.246
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	92.067	61.246
Descobertos bancários (Nota 14)	(273)	-
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	91.794	61.246

13 CAPITAL

Capital social

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 31 de março de 2013, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de três meses findo em 31 de março de 2013.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Outras reservas

A rubrica de “Outras reservas” inclui:

- Reservas legais, no montante de 85.437 milhares de euros. De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

- Reservas de justo valor:
 - (i) Reserva de justo valor - inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (3.382 milhares de euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
 - (ii) Reserva de cobertura - inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (22.860 milhares de euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso.

- Reservas livres no montante de 177.022 milhares de euros. Esta rubrica é movimentada pela aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias.

14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como se segue:

	31 março de 2013			31 dezembro de 2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	-	-	-	250.000	93.000	343.000
Empréstimos obrigacionistas	850.000	1.216.348	2.066.348	850.000	771.676	1.621.676
Empréstimos bancários	66.123	745.236	811.359	66.123	670.085	736.208
Descobertos bancários (Nota 12)	273	-	273	-	-	-
Locações financeiras	536	654	1.189	643	734	1.377
	<u>916.931</u>	<u>1.962.238</u>	<u>2.879.169</u>	<u>1.166.766</u>	<u>1.535.495</u>	<u>2.702.261</u>
Juros a pagar - empréstimos	33.636	-	33.636	18.816	-	18.816
Juros pagos (antecipação)	(19.085)	-	(19.085)	(15.183)	-	(15.183)
Empréstimos	<u>931.483</u>	<u>1.962.238</u>	<u>2.893.721</u>	<u>1.170.400</u>	<u>1.535.495</u>	<u>2.705.895</u>

Em janeiro de 2013 o Grupo realizou duas emissões obrigacionistas nos montantes de 150.000 e 300.000 milhares de euros, com maturidades em janeiro de 2020 e janeiro de 2018.

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 31 de março de 2013 era o seguinte:

31 de março de 2013				
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões privadas REN SGPS				
27-04-2011	27-10-2014	100.000	(i) Taxa variável (ii)	Semestral
12-07-2011	12-07-2014	50.000	(i) Taxa variável (ii)	Semestral
14-03-2012	14-03-2015	20.000	(i) Taxa variável (ii)	Semestral
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'				
10-12-2008	10-12-2013	800.000	Taxa fixa EUR 7,875%	Anual
20-04-2009	05-12-2013	50.000	(i) Taxa variável	Trimestral
26-06-2009	26-06-2024	JPY 10.000.000	(i) Taxa fixa (ii)	Semestral
08-03-2012	09-03-2015	63.500	(i) Taxa fixa	Semestral
21-09-2012	21-09-2016	300.000	Taxa fixa EUR 6,25%	Semestral
28-09-2012	28-09-2015	50.000	(i) Taxa fixa	Anual
10-12-2012	10-12-2015	100.000	(i) Taxa fixa	Semestral
16-01-2013	16-01-2020	150.000	(i) Taxa variável	Trimestral
31-01-2013	31-01-2018	300.000	Taxa fixa	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio (Nota 11)

O Grupo é subscritor de sete programas de papel comercial no valor de 875.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2012 era de 1.170.000 milhares de euros), não estando utilizados quaisquer valores em 31 de março de 2013 (em 31 de dezembro de 2012 a utilização de papel comercial era de 343.000 milhares de euros). O encaixe financeiro resultante das emissões obrigacionistas anteriormente mencionadas contribuiu para que não existisse utilização de papel comercial.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (698.208 milhares de euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento, sendo que parte desses empréstimos (275.000 milhares de euros) tem associados *swaps* de taxa de juro (Nota 11).

Em março de 2013, a REN realizou um financiamento bancário com um prazo de 3 anos tendo dado como colateral as suas participações de capital na Red Eléctrica Corporación e na Enagás. A REN mantém a totalidade dos direitos inerentes às participações de capital referidas, incluindo os direitos de voto e o direito aos dividendos.

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross Default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo).

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de rating em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações rating abaixo dos níveis estipulados. Para este efeito o Grupo prestava ao BEI em 31 de março de 2013 uma garantia, na forma de penhor financeiro sobre um depósito bancário, no valor de 117.163 milhares de euros (mesmo valor que em 31 de dezembro de 2012) (Nota 8).

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado, nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

O valor contabilístico e o justo valor dos empréstimos são como se segue:

	Valor contabilístico		Justo valor	
	mar 2013	dez 2012	mar 2013	dez 2012
Papel Comercial	-	343.000	-	343.042
Empréstimos bancários	811.359	736.208	809.435	764.386
Empréstimos obrigacionistas	2.066.348	1.621.676	2.094.066	1.805.072
Outros	1.189	1.377	1.252	1.466
	2.878.897	2.702.261	2.904.752	2.913.965

O justo valor é calculado pelo método dos cash flows descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas utilizado para cálculo do justo valor varia entre 0,083% e 2,254% (maturidades de uma semana e vinte anos, respetivamente).

15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte. O Grupo atribui aos empregados planos de seguro de vida. Não se verificaram quaisquer alterações nos benefícios atribuídos aos empregados, relativamente a 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	mar 2013	dez 2012
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	68.001	68.208
Cuidados médicos e outros benefícios	37.692	37.477
Plano de seguro de vida	127	123
	105.820	105.808

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	mar 2013	mar 2012
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	1.186	433
Cuidados médicos e outros benefícios	236	251
Plano de seguro de vida	4	4
Total de Gastos na demonstração dos resultados	1.426	688

Os valores reportados a 31 de março de 2013 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2012, para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, considerando a estimativa de salários para o ano de 2013.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios, pós-emprego são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respectivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	mar 2013	dez 2012
Taxa anual de desconto	3,25%	3,25%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (entre os 55 e os 60 anos) - "Acto de gestão"	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,30%	3,30%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,00%	2,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	215 €	215 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	2,20%	2,20%
Taxa de rendimento	5,70%	5,70%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	mar 2013	dez 2012
Saldo inicial	7.220	32.314
Aumentos	-	2.833
Reversão	-	(197)
Utilizações (i)	-	(27.730)
Saldo final	7.220	7.220
Provisão corrente	2.419	2.419
Provisão não corrente	4.801	4.801
	7.220	7.220

Em 31 de março de 2013 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 2.000 milhares de euros, constituída em 2012, no âmbito do processo de reestruturação da Empresa em curso.

(i) As utilizações em 2012 advêm do pagamento de 27.837 milhares de euros, em janeiro de 2012, relativo à indemnização contratual referente ao processo com a Amorim Energia B.V.,

acrescida de juros de mora incorridos até à data do referido pagamento, tendo sido utilizada a provisão existente para este processo no montante de 27.730 milhares de euros. O gasto e o rendimento associado à reversão da provisão não são visíveis na demonstração consolidada dos resultados apresentada, pelo facto de terem sido registados na mesma rubrica, seguindo a recomendação das normas contabilísticas, por forma a não sobreavaliar os gastos e os rendimentos.

17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	mar 2013			dez 2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	120.490	-	120.490	146.588	-	146.588
Outros credores						
Credores diversos	57.465	28.291	85.755	58.382	6.822	65.204
Desvios tarifários	24.080	29.728	53.807	32.106	30.900	63.006
Fornecedores de ativos fixos	46.996	-	46.996	83.890	-	83.890
Estado e outros entes públicos (i)	28.163	-	28.163	20.215	-	20.215
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	19.133	320.857	339.990	20.851	323.173	344.024
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias	6.159	-	6.159	5.050	-	5.050
Fornecedores e outras contas a pagar	302.485	378.875	681.360	367.081	360.895	727.977

(i) O saldo do Estado e outros entes públicos refere-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	mar 2013	mar 2012
Vendas de Materiais		
Mercado interno	56	86
	56	86
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	96.213	100.220
Transporte de gás natural	29.823	30.931
Regaseificação	9.245	8.662
Armazenamento de gás natural	3.209	3.378
Rede de telecomunicações	1.237	1.301
Margem do Agente Comercial - REN Trading	682	281
Outros	337	120
	140.747	144.894
Total das Vendas e Prestações de serviços	140.803	144.980

19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012:

	mar 2013	mar 2012
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	14.739	18.009
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	1.907	3.726
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	3.661	3.246
	20.307	24.981
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	14.739	18.009
	14.739	18.009

20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	mar 2013	mar 2012
Reconhecimento de subsídios ao investimento	4.781	4.489
Proveitos suplementares	440	474
Hedging	867	-
Outros	1.171	302
	7.260	5.264

A rubrica “Hedging” refere-se a ganhos em operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO₂, quer através da celebração de contratos estandardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc.* (“ISDA”), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros. As operações são meramente financeiras não envolvendo entregas físicas.

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 apresentava o seguinte detalhe:

	mar 2013	mar 2012
Subcontratos de transporte de gás	857	839
Custos de manutenção	1.183	1.952
Comissões a entidades externas i)	2.066	1.768
Custos de interligação - “cross border” ii)	656	1.247
Custos com energia eléctrica	1.155	1.421
Custos com seguros	715	691
Custos de reserva de capacidade iii)	366	369
Custos com publicidade e comunicação	241	372
Vigilância e segurança	419	471
Outros (inferiores a 1.000 milhares de euros)	1.468	1.673
Fornecimentos e serviços externos	9.125	10.803

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças. A variação registada em março de 2013, quando comparado com o período homólogo, reflete o decréscimo do fluxo de energia importada.

iii) Os custos de reserva de capacidade respeitam a custos suportados pela REN referentes à capacidade de produção disponível exigida aos produtores, para manter a todo o tempo a operacionalidade do sistema. Estes custos são reconhecidos na atividade de Gestão Global do Sistema da REN - Rede Elétrica Nacional, S.A., de acordo com o modelo regulatório atualmente em vigor.

22 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	mar 2013	mar 2012
<u>Remunerações</u>		
Órgãos sociais	622	327
Pessoal	8.711	8.427
	<u>9.333</u>	<u>8.754</u>
<u>Encargos sociais e outros gastos</u>		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	1.426	688
Encargos sobre remunerações	2.104	1.888
Custos de acção social	12	49
Outros	853	602
	<u>4.396</u>	<u>3.228</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>13.729</u>	<u>11.981</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	mar 2013	mar 2012
Custos de funcionamento da ERSE i)	2.190	2.190
Donativos	60	42
Impostos	400	537
Quotizações	664	519
Outros	114	257
	<u>3.428</u>	<u>3.545</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE, refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	mar 2013	mar 2012
Gastos de financiamento		
Juros suportados	32.753	32.690
Swaps	2.847	1.621
Perdas em outros ativos financeiros	364	301
	35.964	34.612
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	1.704	551
Liquidações de Swaps	106	61
	1.810	612

25 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		mar 2013	mar 2012
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	29.070	34.451
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	530.118.626	530.118.626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,05	0,06

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

26 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 30 de abril foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado consolidado de exercício de 2012, no montante de 90.780 milhares de euros, o que equivale à distribuição de um valor de dividendo bruto por ação de 0,17 euros (incluindo o dividendo atribuível às ações próprias).

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2011, ascendeu a 90.246 milhares de euros (0,169 euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 656 milhares de euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 89.590 milhares de euros.

27 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro 2012, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	mar 2013	dez 2012
Ministério da Economia e da Inovação	Garantir a liquidação da dívida exequenda	1	1
Comunidade Europeia	Dar cumprimento aos requisitos contratuais no âmbito do contrato de financiamento	3	3
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	84	84
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	193	193
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
EUROSCUT NORTE - Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	-	250
Fortia - Energia para Grandes Consumidores	Contratos financeiros no âmbito do contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association, Inc.)	1.000	1.000
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	2.000	2.000
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	4.469	4.469
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.693	5.681
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
BEI	Para garantir empréstimos	359.021	359.022
		393.164	393.403

28 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	mar 2013		dez 2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid International Development Limited	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Oman Oil Company S.A.O.C.	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
EGF - CGF, S.A.	45.019.666	8,43%	45.019.666	8,43%
Parpublica - Participações Públicas (SGPS), S.A.	52.871.340	9,90%	52.871.340	9,90%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951	5,87%	31.046.951	5,81%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Red eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Columbia Wanger	10.703.317	2,00%	10.703.317	2,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.196.739	1,16%	6.118.772	1,15%
Grupo REN (ações próprias)	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	90.293.278	16,91%	90.651.245	16,98%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Em fevereiro de 2013 o vogal do Conselho de Administração, Sr. Manuel Carlos de Melo Champalimaud, adquiriu 35.700 ações REN.

Além da situação acima referida, não ocorreram outras situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações financeiras consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2012.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 622 milhares de euros (327 milhares de euros em 31 de março de 2012) conforme quadro abaixo:

	mar 2013	mar 2012
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	622	327
	<u>622</u>	<u>327</u>

O Conselho de Administração não auferir quaisquer outros rendimentos elencados pelo n.º 17 da IAS 24, para além dos salários e benefícios de curto prazo.

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados (Nota 3.2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012) nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	mar 2013	mar 2012
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	434.199	385.903
Faturação emitida - OMIP	4	-
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Juros de aplicações - CGD	-	130
<u>Dividendos:</u>		
REE	-	916
	<u>434.204</u>	<u>386.949</u>

Os valores apresentados como faturação emitida referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como um *pass-through*, cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	mar 2013	mar 2012
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	185.185	176.937
<u>Gastos de financiamento:</u>		
Juros de financiamentos - CGD	95	298
Comissões de papel comercial e outros empréstimos - CGD	430	312
Instrumentos financeiros derivados - CGD	753	77
	186.462	177.625

Os valores apresentados como faturação recebida são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	mar 2013	dez 2012
<u>Clientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	105.227	107.487
EDP - outros devedores	1.709	1.267
OMIP - clientes	-	2
OMIP - outros devedores	925	920
Oman Oil - outros devedores	-	1
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
CGD - Depósitos bancários	404	551
	108.265	110.227
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	3.118	3.937
OMIP - outras contas a pagar	40	889
<u>Empréstimos:</u>		
CGD - Empréstimos (papel comercial)	-	93.000
CGD - Empréstimos (locação financeira)	952	1.001
	4.110	98.827

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 29 de abril de 2013 foi assinado um contrato de financiamento com o China Development Bank no montante de 400.000 milhares de euros. Este montante faz parte dos mil milhões de euros acordados com a State Grid International Development Ltd aquando da privatização da REN.

Esta primeira tranche será utilizada no refinanciamento da dívida financeira da REN. A segunda tranche, também de 400.000 milhares de euros, será destinada a financiar projetos de infraestruturas de eletricidade e de gás natural. A REN fica ainda com 200.000 milhares de euros para novos projetos a identificar.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

O Conselho de Administração

Rui Manuel Janes Cartaxo
(Presidente do Conselho de Administração e da
Comissão Executiva)

Aníbal Durães dos Santos
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.)

João Caetano Carreira Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão Executiva)

Filipe Maurício de Botton
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)

Gonçalo Moraes Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão Executiva)

José Luís Folgado Blanco
(Vogal do Conselho de Administração designado pela Red
Eléctrica Corporación, S.A.)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
designado pela State Grid International Development
Limited)

Manuel Carlos Mello Champalimaud
(Vogal do Conselho de Administração designado pela
Gestmin, SGPS, S.A.)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Haibin Wan
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luís Alvim Marinho
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da
Comissão de Auditoria)

Hilal Ali Saif Al-Kharusi
(Vogal do Conselho de Administração)

José Frederico Vieira Jordão
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão de Auditoria)

Emílio Rui Vilar
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da
Comissão de Auditoria)